

## COP-16 no México

## Agenda adiada

REPRESENTANTES DE 180 países participantes da reunião realizada em dezembro em 2007, na 13ª Conferência das Partes da Convenção do Clima (COP-13), em Bali, na Indonésia, reconheceram o aquecimento do sistema climático mundial, com base no quarto relatório científico do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC).

Segundo o relatório, a temperatura da terra pode subir de 1,8 graus Celsius (°C) a 4,0°C até 2100, o que provocará a elevação do nível do mar entre 18 centímetros e 58 centímetros. Além disso, eventos climáticos extremos, como tufões e secas.

O IPCC sugere que as concentrações de CO<sub>2</sub> na atmosfera, hoje em 385 partes por milhão (ppm) devem ser estabilizadas em 450 ppm, para evitar um aquecimento acima de 2°C até o final do século. Isso significa cortes de 25% a 40%, em relação a 1990. As cifras para descarbonizar a economia mundial varia de US\$ 40 bilhões a US\$ 500 bilhões por ano, segundo a Organização das Nações Unidas. Esse financiamento teria de vir dos países ricos.

Esse reconhecimento motivou o lançamento do *Mapa do Caminho dos Governos Locais pelo Clima*, na COP-13, para acompanhar o processo de negociações internacionais até a COP-15, em Copenhague, Dinamarca, no mês de dezembro, quando o acordo pós-2012 sobre o clima entrou em discussão.

A ideia central foi:

- Negociar compromissos para os países em desenvolvimento sob um “trilho” diferente do de Quioto;

- Colocar no texto os compromissos “mensuráveis, reportáveis e verificáveis” (MRVs) para os países em desenvolvimento;

A discussão sobre as Nationally Appropriate Mitigation Actions (Namas), em português Ações de Mitigação Nacionalmente Apropriadas surgiu neste contexto. Enquanto os países desenvolvidos estariam obrigados a realizar suas Namas, os países em desenvolvimento poderiam utilizá-las como forma de obter recursos extras para promover o desenvolvimento sustentável, podendo financiar novas tecnologias e buscar capacitação que permitissem a redução de emissões. Contudo, as reduções também devem ser MRV nos países em desenvolvimento.

Na metade do caminho entre a COP-13 e a COP-16, a ser realizada no México, em 2010, a COP-14 e a COP-15, realizadas, respectivamente, na Polônia e na Dinamarca, decepcionaram em termos de resultados concretos: a divergência de posições políticas e econômicas entre as nações impediu que se rascunhasse um novo acordo climático global, com a definição severa nos cortes das emissões.

A chanceler alemã, Angela Merkel, ficou com o compromisso de organizar as negociações em Bonn, no prazo de seis meses, para preparar a próxima conferência. É o terceiro encontro da COP na América Latina. Antes aconteceram dois, em Buenos Aires, na Argentina: a COP-4, em 1998; e a COP-10, em 2004. O prazo para estabelecer o acordo climático pós-2012, quando termina a primeira fase do Protocolo de Quioto ficou mais apertado. ■

## Quatro colunas de sustentação

Com ênfase na urgência para atingir metas a longo prazo referentes à estabilização da concentração dos gases que produzem efeito estufa na atmosfera, com falta de algo concreto na COP-15, o Plano de Ação de Bali segue na busca dos pontos ligados a:

- 1º Mitigação: enquanto os países em desenvolvimento devem adotar ações para diminuir o crescimento das suas emissões, os países desenvolvidos precisam aumentar as suas metas do Protocolo de Quioto;
- 2º Adaptação: preparar os países mais pobres para os efeitos das mudanças climáticas;
- 3º Financiamento: mecanismos para os países desenvolvidos fornecerem recursos para os países em desenvolvimento;
- 4º Tecnologia: proporcionar acesso e transferência a baixo custo entre os países.

Mundo: emissões em equivalentes CO<sub>2</sub> - 2005

País/região	Totais (milhões de t)	Per capita (t)
China	8.500	5,7
Estados Unidos	7.100	19,0
União Europeia	4.000	9,0
Indonésia	2.300	10,0
Brasil	2.200	11,0
Rússia	2.100	12,0
Índia	1.300	1,4
Japão	1.300	9,7
Canadá	792	17,0
Austrália	541	18,0
México	524	4,2

Fonte: IPCC